



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**Relatório Contábil de Propósito
Geral da Entidade do Setor Público
*RCPG***

2º Trimestre/2019

Brasília, DF.

RCPG-2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos

Débora Teles Moreira de Matos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Sumário

1) LISTA DE ITENS	4
2) CONTEXTO OPERACIONAL	7
3) DECLARAÇÃO DO CONTADOR	9
4) NOTAS EXPLICATIVAS	11
4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
4.2) RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4.3) PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	14
4.4) MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	14
5. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	15
5.1) NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	19
<i>Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.</i>	19
<i>Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.</i>	19
<i>Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.</i>	19
5.2) NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	21
<i>Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.</i>	21
<i>Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.</i>	21
<i>Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.</i>	21
5.3) NOTA Nº 003 - PROVISÕES	22
<i>Provisões a Curto Prazo</i>	22
<i>Provisões de Longo Prazo</i>	22
5.4) NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO	24
<i>Bens Móveis</i>	24
<i>Bens Imóveis</i>	25
<i>Tabela 01 – Intangível – Composição.</i>	29
<i>Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no Trimestre.</i>	29
<i>Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível</i>	30
5.6) NOTA Nº 006 – INVESTIMENTOS	31
<i>Tabela 01 – Investimentos – Composição.</i>	31
<i>Tabela 02 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes</i>	31
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	33
6.1) BALANÇO FINANCEIRO	33
6.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	36
6.4) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	38
6.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	40
6.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

1) Lista de Itens

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembléia Geral Extraordinária
AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

2) Contexto Operacional

(Por José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma secretaria especial, seis secretarias, um serviço, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial de Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora de Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool;
- f) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- g) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- h) Comitê Gestor de Garantia-Safra;
- i) Comitê Gestor de Garantia da Agricultura Familiar.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

3) Declaração do Contador

(Por: Alberto Jeronimo Pereira-CCONT e José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O Contador Geral responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) considerando que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MAPA, exceto no tocante as ressalvas apontadas na conformidade contábil do mês de dezembro.

Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
 - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
 - iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS está sendo utilizado somente pelo SFB.
- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados;
- d) O balanço patrimonial do MAPA apresenta o valor de R 1.839 (um bilhão, oitocentos e trinta e nove milhões de reais) em Títulos da Dívida Agrária, composto no balanço do INCRA.
- e) A Coordenação de Contabilidade responsável por criar/inativar e excluir Unidades Gestoras efetuou o seguinte:
➔ Foram criadas as seguintes Unidades Gestoras:
130144 – SEAF/MAPA;
130145 – SAP/MAPA;
130148 – SAF/MAPA;
130149 – SFB/MAPA;
130150 – CGFT/DGCF;
130205 – SFB/PD 142/02 REV.2;
130206 – FNDF/SFB;
130207 – SFB/KFW DOAÇÃO;
130208 – SFB/KFW DOAÇÃO-EXT.;
130209 – SFB/FUNDO AMAZONIA;
130210 – SFB/ATN/SX-14218-BR;
130211 – SFB/ATN/SX-14218-EX;
130212 – FIP-CAR;
130213 – FIP.CAR;
130214 – ORCAMENTARIA-SFB;
130215 – PROJ. DOM HELDER CA;
130216 – PROJ. DOM HELDER II;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

130217 - PROJ.DOM HELDER EUR
130218 – PCPR
130219 – HELDER CAMARA
130220 – LCPR
130222 – SUB AGRIC FAM
130223 – SUB REORD AGRARIO
130224 – GEF/FIDA – PDHC
130225 – PROJ. FUNDO DESAFIO
130226 – SUB DESENV RURAL
130227 – PROJETO BID 1633
130228 – FIDA GEP FSP002BR
130229 – PDHC
130231 – SERFAL/SEAD
130232 – PROJ. DOM HELDER CA
130233 – CEF/SAP-MAPA
130234 – CEF/SAF/MAPA
130235 – SAF/MAPA- TV CUSTEI
130999 – MAPA-DIFER.CAMBIAL

➔ As seguintes Unidades Gestoras estão em Desativação, Inativadas e/ou Excluídas:

110665 – SEAD;
110666 – DFDA/PB;
110667 – DFDA/MG;
110668 – DFDA/PE;
110669 – SDR/SEAD – CEF;
110673 – PCPR;
110684 – HELDER CAMARA;
110688 – LCPR;
110691 – SUB AGRIC FAM;
110697 – SUB REORD AGRARIO;
110698 – GEF/FIDA – PDHC;
110699 – PROJ. FUNDO DESAFIO;
110700 – SUB DESENV RURAL;
110701 – PROJETO BID 1633;
110702 – FIDA GEP FSP002BR;
110706 – SAF/SEAD CEF;
110708 – SRA/SEAD CEF;
110709 – PROJ. DOM HELDER CA;
110710 – SDR/SEAD CEF;
110711 – PROJ. DOM HELER II;
110713 – PROJ. DOM HELER EUR;
110715 – PDHC; 110730 - SC/SEAD;
110731 – SERFAL/SEAD;
110733 – PROJ. DOM HELDER CA;
110745 – SEAP/PR;
110754 – CEF/SAP-MAPA - CONTRATOS DE REPASSE;
110752 – SEC.CONT. SEAP/PR;
490011 – MDA-ADM. DIRETA.

- f) Foram transferidos os saldos da Unidade Gestora 130231-SERFAL para as seguintes Unidades Gestoras do INCRA: 133003 e 373083, conforme decisões expressas no Processo SEI nº 54000.0296/2019-44.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4) Notas Explicativas

(Por: Alberto Jeronimo Pereira-CCONT e José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

4.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

4.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Neste trimestre o MAPA apresenta o saldo de R\$ 9.028 (nove bilhões, vinte e oito milhões de reais) destacando o valor de R\$ 4.557 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.

b.1) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” – no total de R\$ 9.028 milhões

→ Moeda Nacional em 30/06/2019	R\$ 9.025 milhões
→ Moeda Estrangeira em 30/06/2019	R\$ 3 milhões

b.2) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” em Moeda Nacional – no total de R\$ 9.025 milhões

→ Conta Única - Subconta do Tesouro	R\$ 4.557 milhões
→ Bancos Conta Movimento – Demais Contas	R\$ 6 milhões
→ Aplicações Financeiras de Liquidez	R\$ 53 milhões
→ Recursos Liberados pelo Tesouro	R\$ 1.827 milhões
→ Títulos da Dívida Pública p/Cobertura	R\$ 2.582 milhões

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. Créditos tributários;
- ii. Créditos não tributários;
- iii. Dívida ativa;
- iv. Transferências concedidas;
- v. Empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. Adiantamentos; e
- vii. Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

receber.

Destacando no âmbito do MAPA, especificamente, no FUNDO DE TERRAS, o valor de R\$ 836 (oitocentos e trinta e seis milhões de reais) é referente a Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque no valor de R\$ 427 (quatrocentos e vinte e sete milhões de reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

i. Créditos tributários;

ii. Créditos não tributários;

iii. Dívida ativa;

Somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 139 milhões de reais.

iv. empréstimos e financiamentos concedidos;

No INCRA destaca-se os Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Receber no valor de R\$ 6.149 (seis bilhões e cento e quarenta e nove milhões de reais) relativos Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo. No FUNCAFE os Empréstimos Concedidos a Receber perfazem o total de R\$ 3.633 (três bilhões e seiscentos e trinta e três milhões de reais).

v. Estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

No MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

f. Investimentos

São compostos por:

i. Participações permanentes;

ii. Propriedades para investimento; e

iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis. Neste trimestre destaca-se na CONAB o registro de R\$ 20 (vinte milhões de reais) em Redução ao Valor Recuperável de Investimentos (veja Nota nº 06 – Investimentos).

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Neste trimestre o MAPA possui o valor líquido de R\$ 305.864 (trezentos bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais) onde deste valor 98,20% está no INCRA.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 102 (cento e dois milhões de reais) dos quais R\$ 45 (quarenta e cinco milhões de reais) já amortizados.

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfazem o valor de R\$1.057 (um bilhão, cinquenta e sete milhões de reais) onde 62,93% desse valor está concentrado na Embrapa.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 762 (setecentos e sessenta e dois milhões de reais) onde 40,24% desse valor está concentrado no INCRA.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Empréstimos e financiamentos;
- iii. Fornecedores e contas a pagar;
- iv. Obrigações fiscais;
- v. Obrigações de repartições a outros entes;
- vi. Provisões; e
- vii. demais obrigações.

No MAPA o Passivo Circulante no total de R\$ 4.349 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões de reais) obteve maior destaque na CONAB em torno de 47,10% e quanto ao Passivo Não Circulante onde valor total é de R\$ 1.298 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões de reais), onde o maior destaque é, também, na CONAB em 53,58%. Neste grupo também destaca-se o valor de R\$ 5 (cinco milhões de reais) no INCRA referente a Precatórios de Terceiros.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). *No âmbito do MAPA há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB no valor de R\$ 1.066 (um bilhão, sessenta e seis milhões de reais).*

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. Riscos trabalhistas;
- ii. Riscos fiscais;
- iii. Riscos cíveis;
- iv. Repartição de créditos tributários;
- v. Provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

No âmbito do MAPA as provisões de Curto Prazo estão na CONAB e referem-se a Provisões para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 61 (sessenta e um milhões de reais) e Provisões de Riscos Cíveis no valor de R\$ 12 (doze milhões de reais). Já nas Provisões de Longo Prazo há na CONAB a Provisão para Riscos Fiscais no valor de R\$ 3 (três milhões de reais) e na Embrapa a Provisão para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 244 (duzentos e quarenta e três milhões de reais) – ver Nota nº 03 – Provisões.

4.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

4.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019 e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL DO MAPA

(Por Jaqueline Pereira de Faria Silva – DAC/CCONT)

A. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

❖ **Caixa e Equivalentes de Caixa:**

A variação positiva neste grupo de contas destacou-se pela incorporação instituída pelo Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019 dos Órgãos: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Serviço Florestal Brasileiro – SFB e Fundo de Terras. É relevante também no FUNCAFE com o acréscimo de 56,18% neste Fundo, visto que o aumento nos valores dos reembolsos de operações de crédito firmadas a partir de julho de 2018, em razão das alterações mencionadas no – O art. 15 da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.666/2018 alterou as normas de concessão de financiamentos com recursos do FUNCAFE, fixando a remuneração do Fundo em 4% (a.a.) sobre os valores efetivamente aplicados pelos agentes financeiros (antes essa remuneração variava dependendo da finalidade do crédito, sendo que para as finalidades com maior volume de recurso essa remuneração chegava no máximo a 3% a.a.). Alterou também os prazos de reembolso das principais linhas de crédito (Estocagem e Aquisição de café) que juntas somavam o volume de R\$ 2,92 bilhões para aplicação na safra passada. Esta alteração resultará numa distribuição mais equilibrada dos retornos dos recursos ao Fundo. Antes havia uma concentração no segundo semestre.

R\$ Milhões

Caixa e Equivalentes de Caixa	JUN/2019		dez/18	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.556,66	50,47%	2.917,66	74,19%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,40	0,06%	0,02	0,00%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,56	0,01%	0,54	0,01%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	51,92	0,58%	47,43	1,21%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1,10	0,01%	1,07	0,03%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.173,44	13,00%	470,89	11,97%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	653,52	7,24%	491,67	12,50%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	1.838,67	20,37%	-	-
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA EM TRANSITO	743,42	8,23%	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	3,28	0,04%	3,45	0,09%
Totais	9.027,97	100,00%	3.932,73	100,00%

❖ **Créditos a Curto Prazo:**

A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de Empréstimos Concedidos a Receber do Fundo de Terras no valor de R\$ 836 milhões que equivale 98% do total de Créditos a Curto Prazo.

❖ **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:**

A variação destacou-se em dois Órgãos e duas contas. A primeira é na conta: Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União na CONAB relativo aos registros de Termo de Descentralização Diferidos e a segunda no MAPA na conta de Adiantamentos - Termo Execução Descentralizada: refere-se ao registro da apropriação de ativo na Unidade descentralizadora e de passivo na Unidade Receptora do "TED", decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados.

❖ **VPD's Pagas Antecipadamente:**

A variação positiva das VPD (variações patrimoniais diminutivas) destacou-se na Embrapa, pois represente 90% do MAPA. E é referente aos Prêmios de Seguro a Apropriar relativos aos pagamentos de parcelas de seguro da MAPRE, Porto Seguro e Gente Seguradora S.A realizadas nos períodos de janeiro a junho de 2019.

B. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ **Créditos a Longo Prazo:**

A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de saldos de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo do INCRA e do Fundo de Terras e a Dívida Ativa Não Tributária do INCRA. Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Receber do INCRA são empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo. A Dívida Ativa é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, de publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia.

❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 004 ([clique aqui](#) e veja abaixo);

❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 005 ([clique aqui](#) e veja abaixo);

❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 006 ([clique aqui](#) e veja abaixo).

C. Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- ❖ Demais Obrigações a Curto Prazo:
A variação positiva é referente a incorporação de novos órgãos e o aumento significativo é no Órgão da Conab, relativo à apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED, decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados;
- ❖ Os Fornecedores e Contas a Pagar são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 001 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ As Provisões de Curto Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 (clique aqui e veja abaixo);

D. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

- ❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:
Na CONAB representa 94% do total do MAPA é referente ao registro de direitos de Entidades de Previdência Privada decorrente do contrato firmado com o CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social e reconhecido pela STN, SEST e PREVIC.
- ❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 (clique aqui e veja abaixo);

E. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC):
A variação apresentada de 70,92% é na EMBRAPA que reflete os valores transferidos pelo Mapa a título de Investimentos no período de janeiro a junho de 2019, que por força de legislação são registrados na conta ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.
- b) Resultados de Exercícios Anteriores:
A variação positiva destaca-se com a incorporação dos Resultados Acumulados dos órgãos da Secretária Especial de Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras. A maior relevância é no INCRA que representa 95% do total da conta.

F. Balanço Patrimonial – COMPENSAÇÕES:

- ❖ As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 002 (clique aqui e veja abaixo).

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MAPA
(Por Shirley Falcão de Paiva dos Santos e equipe – CGOF/DGG/SE/MAPA)

A. Balanço Orçamentário – RECEITAS:

- ❖ A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2019, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, estima a receita do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão 22000, em R\$ 1.694.703.266,00. Entretanto, por força da Medida Provisória (MP) nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a qual transferiu para o Ministério competências de outros órgãos, a estimativa passou para R\$ 3.170.753.459,00. Esses valores referem-se a todas as fontes de recursos, exceto a 100.

Até o 2º trimestre/2019, do montante estimado, foi arrecadado o correspondente a 26,22 % (R\$ 831.490.846,62), com destaque para as Receitas Correntes, no montante de R\$ 803.173.502,28.

O valor de R\$ 1.597.873,59, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, não consta do Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”.

Inconsistências detectadas no Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”:

- ➔ Não consta o valor de R\$ 1.597.873,59, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
- ➔ As Unidades Orçamentárias (UO) “74203 – Recursos sob a supervisão do INCRA/PR”, UO “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA”, a UO “74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República”, fazem parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 20C” e não do Órgão 22000;
- ➔ A UO “98000 – Receita do Tesouro da União” não é do Órgão 22000; e
- ➔ A UO “22212 – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP” faz parte do Orçamento de Investimento.

B. Balanço Orçamentário – RECEITAS CORRENTES:

- ❖ Da previsão de R\$ 1.675.906.163,00, foram arrecadados R\$ 803.173.502,28 (47,92%), dos quais destacam-se as Receitas de Contribuições, cujo montante (R\$ 643.691.859,53) corresponde a 80,14% da totalidade da arrecadação.

C. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:

- ❖ Da previsão atualizada de R\$ 1.494.847.296,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 1,89% (R\$ 23.187.796,68).

D. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:

- ❖ Para apuração do resultado do Balanço Orçamentário, relativo ao 2º semestre de 2019, foram detectadas e excluídas do relatório as seguintes Unidades Orçamentárias (UO):
 - ➔ UO “55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”, que faz parte do Órgão “55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” e não do Órgão 22000;
 - ➔ UO “53210 – Agência Nacional de Águas”, que faz parte do Órgão “53000 – Ministério da Integração Nacional” e não do Órgão 22000;
 - ➔ UO “71104 – Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob a Supervisão/MF”, que faz parte do Órgão “71000 – Encargos Financeiros da União” e não do Órgão 22000;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- UO “73111 – Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente”, que faz parte do Órgão “73000 – Transferências a Estados, ao Distrito Federal e Municípios” e não do Órgão 22000;
- UO “74101 – Recursos sob a Supervisão do MF – OOC/MF”, UO “74203 – Recursos sob a Supervisão do INCRA/PR”, UO “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA, UO “74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República” que fazem parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 20C” e não do Órgão 22000.

Com a transferência das competências das extintas Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por força da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a dotação atual do MAPA é de R\$ 16.803 (dezesseis bilhões, oitocentos e três milhões). Ambas as Categorias Econômicas “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital” sofreram alterações em relação à dotação inicial, exceto a “Reserva de Contingência”.

Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 10,3 bilhões, das quais liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 7,3 bilhões (70,82%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as despesas correntes (71,40%), com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais (83,87%).

E. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

(Por: Mauricio Teixeira de Sousa – DAC/CCONT)

❖ Quociente do Equilíbrio Orçamentário → $\frac{\text{Prev. Inic. da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}} \rightarrow \frac{8.645,23}{22.634,83} = 38,19\%$

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

❖ Quociente de Execução da Receita → $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada da Receita}} \rightarrow \frac{2.931,65}{8.645,23} = 33,91\%$

A receita efetivamente arrecadada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 33,91% de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.

❖ Quociente de Execução da Despesa → $\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa}} \rightarrow \frac{10.135,60}{22.631,52} = 44,79\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 44,79% do total das despesas fixadas no orçamento.

❖ Quociente do Resultado Orçamentário → Receita realizada – desp. Empenhada → 2.931,65 - 10.135,60 = **(7.203,95)**

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em **R\$ 7.203,95 (sete bilhões, duzentos e três milhões de reais)**, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa.

❖ Quociente de Execução Orçamentária Corrente → $\frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} \rightarrow \frac{1.255,38}{8.016,07} = 15,66\%$

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 15,66% das despesas empenhadas correntes;

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária → $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{2.931,65}{4.130,01} = 70,98\%$

Obs.: Valores em milhões de Reais



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO MAPA

(Por Maurício Teixeira de Sousa – DAC/CCONT)

A. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TAXAS:

- ❖ Entre os meses de junho de 2018 a junho de 2019, houve uma variação a maior na rubrica *Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia* do MAPA, na ordem de 473,83%, decorrente dos acréscimos das arrecadações da Unidade Gestora Departamento de Administração Financeira do INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a taxas de serviços cadastrais.

B. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

- ❖ Entre o 2º trimestre de 2018 e o 2º trimestre de 2019 houve uma variação significativa na conta de VPA Contribuições do MAPA na ordem de 550,74%, decorrente dos acréscimos das arrecadações da Unidade Gestora: Departamento de Administração Financeira do INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a contribuições industriais rurais.

C. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

- ❖ Entre os meses de junho de 2018 a junho de 2019, houve uma diminuição no montante da rubrica de VPA Exploração e venda de bens, serviços e direitos do MAPA, da ordem de -49,15%. Tal decréscimo foi motivado sobretudo pela menor venda, em 2018, de estoques estratégicos da CONAB, venda esta que atingiu, no 2º trimestre de 2019, cerca de metade do montante alcançado no mesmo período do ano de 2018. A queda na venda de estoques estratégicos da CONAB impactou na mesma rubrica no MAPA.

D. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

- ❖ Entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações recebidas, da ordem de 3537,47%. Tal aumento foi notável no âmbito do MAPA, em virtude da incorporação de bens imóveis do INCRA à estrutura das SFA'S deste Ministério, a exemplo da Unidade Gestora: SFA/CE, a qual teve aumento de R\$ 347.463.789,29 apenas no exercício de 2019.

E. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- ❖ Entre o 2º trimestre de 2018 e o 2º trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. Entre outros, tal aumento foi representado pelo acréscimo da reavaliação de bens imóveis promovida pelo INCRA, agora pertencente à estrutura do MAPA.

F. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO:

- ❖ Entre os meses de junho de 2018 a junho de 2019, houve um acréscimo na rubrica de VPD uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, da ordem de 127,79%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação dos valores das contas de Contratos de Serviços do INCRA e Serviço Florestal Brasileiro, os quais englobam contas como Serviços Técnicos Profissionais, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional dentre outros.

G. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:

- ❖ Entre o 2º trimestre de 2018 e o 2º trimestre de 2019, houve um decréscimo significativo na rubrica de VPD variações patrimoniais diminutivas financeiras, da ordem de -97,62%. Tal diminuição foi representada, entre outros, pelo menor recolhimento, em 2018, de outras receitas financeiras da EMBRAPA.

H. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:

- ❖ Entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações concedidas, da ordem de 4676,96%. Tal aumento foi oriundo, entre outros, de transferências de bens imóveis de uso especial do antigo Ministério da Pesca e Aquicultura para as Unidade Gestoras do MAPA.

I. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- ❖ Entre o 2º trimestre de 2018 e o 2º trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta de VPD Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos, da ordem de 1188,54%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação de saldos do INCRA ao passivo do MAPA.

J. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS TRIBUTÁRIAS:

- a) Entre os meses de junho de 2018 a junho de 2019, houve uma redução na rubrica de VPD variações patrimoniais diminutivas tributárias, da ordem de -39,74%. Tal decréscimo foi originado, entre outros, na rubrica Custo dos Produtos Vendidos da EMBRAPA, o qual decresceu em virtude de um menor volume de vendas de produtos deste órgão ao longo do exercício de 2019.

K. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VPD'S:

- ❖ Entre o 2º trimestre de 2018 e o 2º trimestre de 2019, houve uma redução na rubrica de VPD outras VPD's, da ordem de -40,73%. Tal redução foi observada no MAPA, CONAB e FUNCAFÉ.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.1) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

(Por: Alexandra Holanda Jaber e Renata de Oliveira Pinheiro – SAD/DAC/CCONT)

Em 30 de junho de 2019, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 894 (oitocentos e noventa e quatro milhões de reais), relacionados com fornecedores e contas pagar.

A seguir apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante Curto Prazo	578	110	428,59%
Nacionais	578	109	430,03%
Estrangeiros	-	-	-62,63%
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	-
Nacionais	316	316	-
Total	894	425	110,27%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/06/2019 os relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo os quais representam 35,32% do total a ser pago.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se aos Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/06/2019.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
Minist. da Agricul. Pecuária e Abastecimento	494	55,19%
Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	50	5,58%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	21	2,30%
Companhia Nacional de Abastecimento	14	1,56%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	316	35,35%
Serviço Florestal Brasileiro	-	-
Total	894	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 35,35% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relaciona-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/06/2019.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
00.360.305/0001-04 – Caixa Econômica Federal	409	51,11%
00.000.000/0001-91 – Banco do Brasil S/A	316	39,49%
24.203.514/0001-02 – Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	54	6,76%
08.097.092/0001-81 - Caixa de Assistência Dos Empregados da Empresa Brasileira	7	0,85%
19.198.118/0001-02 – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Esta	4	0,45%
89.161.475/0001-73 – Assoc Riogr de Empr de Assist. Téc. e Extensão Rural	3	0,35%
11.603.743/0001-72 – Fazenda São Paulo Ltda.	2	0,31%
08.405.374/0001-07 – Delta Projetos Agropecuários Parnamirim Ltda.	2	0,27%
03.996.986/0001-90 – DDA Tecnologia Ltda.	2	0,21%
13.108.295/0001-66 – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	2	0,21%
Total	801	

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE em R\$ 316 (trezentos e dezesseis milhões de reais) que representa 39,45% dos 10 valores mais expressivos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Valores em R\$ Milhões			
Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	316	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fontes: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2019.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06., refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão 22905 registrado na unidade gestora do Funcafé.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.2) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

(Por: Norma de Deus e Costa-DAC/CCONT e Divino Lúcio de Almeida-SAD/DAC/CCONT)

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 30/06/2019, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 5.013 (cinco bilhões e treze milhões de reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/06/2019.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais referente ao 2º Trimestre 2019, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	22	6	272,65%
Fornecimento de Bens	1.063	92	1.049,26%
Empréstimos e Financiamentos	72	-	-
Seguros	637	625	1,84%
Serviços	3.192	1.518	110,23%
Demais	28	15	84,48%
Total	5.013	2.257	122,10%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01 temos que as obrigações contratuais do Mapa apresentaram acréscimo significativo no espaço de tempo mencionado, culminando em acréscimo principalmente nas rubricas de Fornecimento de Bens e Aluguéis, decorrente das obrigações de Órgãos advindos ao MAPA conforme Decreto nº 9667/2019.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas as de Fornecimento de Bens representam 21,20% do total das obrigações assumidas pelo Ministério e as demais obrigações advindas ao MAPA de órgãos incorporados.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.609	52,06%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	563	11,23%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	337	6,73%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.396	27,84%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	76	1,51%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	32	0,64%
Total	5.013	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 02 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2019, apresenta o MAPA como Administração Direta com 52,06% do valor total das obrigações contratuais.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
00531590000189 - INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	692	23,65%
17197385000121 - ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.	605	20,69%
06020318000544 - MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	544	18,59%
00360305000104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	333	11,38%
07237373000120 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL AS	232	7,93%
03143181000101 - CAST INFORMATICA S/A	133	4,55%
06020318000110 - MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	116	3,96%
69034668000156 - SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	112	3,83%
61591459000100 - DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	82	2,80%
01644731000132 - CTIS TECNOLOGIA S.A	77	2,64%
Total	2.924	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 03 acima relaciona-se os 10 primeiros contratados que estão com os valores mais expressivos na data base de 30/06/2019.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.3) Nota nº 003 - Provisões

(Por: Alan Rodrigues Pinheiro – DTC/CCONT)

Em 30/06/2019 o Mapa apresentou um saldo de R\$ 320 (trezentos e vinte milhões de reais) relacionados a provisões de curto e longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º Trimestre 2018.

Tabela 01 – Provisões – Composição

COMPOSIÇÃO	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Provisões a curto prazo	73	74	-
Provisões a longo prazo	247	247	-
Total	320	321	-

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB no valor de R\$ 61 (sessenta e um milhões de mil reais).

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por Órgão

ÓRGÃO	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	73	-
Total	73	-

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A CONAB é responsável por 100% do total de Provisões a Curto Prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição

Provisões	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	61	61	
Riscos Cíveis a Curto Prazo	12	12	
Total	73	73	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo do Passivo Não Circulante é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e CONAB no valor de R\$ 247 (duzentos e quarenta e sete milhões de reais).

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por Órgão

Órgãos	Valores em R\$ Milhões	
	30/06/2019	AV (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	244	99,79%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	3	1,21%
Total	247	-

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A Embrapa é responsável por 99,79% do total de provisões a longo prazo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição

Provisões	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Riscos Fiscais	3	3	1,21%
Riscos Trabalhistas	244	244	99,79%
Total	247	247	-

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 30/06/2019 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 244 (duzentos e quarenta e quatro milhões de mil reais), registrada na Embrapa, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

R\$ Milhões		
Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	34,71	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2,26	Anulação de ato administrativo
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	21,68	Encargos Fiscais
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	184,99	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal
Total	243,64	

Fonte: Embrapa



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.4) Nota nº 004 – Imobilizado

(Por: José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de junho de 2019, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 305.864 (trezentos e cinco bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais) líquidos da depreciação e amortização e representou um acréscimo de 69,01% em relação ao 4º trimestre/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

Imobilizado – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH%
Bens Móveis	1.346	826	63,04%
(+) Valor Bruto Contábil	2.430	1.751	38,73%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.057)	(902)	17,14%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(23)	13,80%
Bens Imóveis	304.518	3.543	8495,02%
(+) Valor Bruto Contábil	305.364	4.061	7419,39%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(846)	(518)	63,42%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	305.864	4.369	6.901,46%

Fonte: SIAFI2019 e 2018.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2019 totalizavam em R\$1.349 (um bilhão, trezentos e quarenta e nove milhões de reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.050	830	26,49%
Bens de Informática	477	335	42,46%
Móveis e Utensílios	254	205	23,85%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	36	29	21,79%
Veículos	470	309	51,98%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	2	4	-55,17%
Bens Móveis em Almoxarifado	41	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5	6	-9,36%
Demais Bens Móveis	95	33	188,16%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.057)	(902)	17,14%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(23)	13,81%
Total	1.346	826	63,04%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 14 (quatorze milhões de reais) no fechamento do balanço 2018 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais de Agricultura. E no final do 2º Trimestre/2019 o valor ainda permanece em R\$ 14 (quatorze milhões de reais), sendo que desse total o valor de R\$ 4 (quatro milhões de reais) são valores advindos do INCRA decorrente da nova estrutura em que o INCRA passou a fazer parte do MAPA conforme Decreto nº 9667, de 01/01/2019.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de [Bens Não Localizados](#).

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2019 totalizavam R\$ 304.517,75 (trezentos e quatro bilhões, quinhentos e dezessete milhões e setenta e cinco mil reais), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01 – Bens Imóveis – Composição.

Bens Imóveis – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	156.298	3.572	4.275,24%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	148.057	-	-
Bens Imóveis em Andamento	644	155	315,81%
Instalações	117	92	26,73%
Demais Bens Imóveis	37	35	3,70%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	211	206	2,26%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(847)	(518)	63,42%
Totais	304.518	3.543	8.495,02%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 51,18% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 2º Trimestre/2019, perfazendo o montante de R\$ 156.298 (cento e cinquenta e seis bilhões, duzentos e noventa e oito milhões de reais) a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 02 – Bens de Uso Especial – Composição.

Bens de Uso Especial – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	87.144	191	45.583,38%
Terrenos, Glebas	64.262	189	33.948,16%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	9	1	1.517,17%
Edifícios	1.053	938	12,16%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.603	3,33%
Imóveis Residenciais e Comerciais	113	86	31,27%
Aeropostos, Estações e Aeródromos	1	1	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.769	564	213,90%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Unidade/instalação de Aquicultura/P	291	-	-
Totais	156.298	3.572	4.275,24%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	1	1
INCRA	-	-
CONAB	25	28
Total	26	29



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	-	-
INCRA	-	-
Embrapa	9	8
CONAB	-	-
Total	9	8

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ mil

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	13	-
Embrapa	-	-
CONAB	458	-
Total	471	-

Fonte: SIAFI2019

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Quanto ao Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos foi providenciado o registro da conta de REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO:

UNIDADE GESTORA	R\$ milhões VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	15
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	2
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO DO PARA	1
TOTAL	23

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinação, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- B) O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018-78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciamento, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

			R\$
Órgão	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		123110101	(1.083,25)
		123110102	(56.287,12)
		123110103	(53.027,48)
		123110107	(49.031,84)
		123110108	(580,00)
		123110109	(0,02)
		123110125	(118.127,90)
		123110201	(659.056,97)
		123110301	(53.284,25)
		123110302	(39.945,97)
		123110303	(161.376,33)
		123110405	(52.569,80)
		123119909	(29.906,18)
		123119910	(29.906,18)
	123810100	34.084,39	
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA		123110301	5.780,00
		123110402	(3.105,17)
		123119901	(1.576.840,38)
		123810100	13.151.382,96
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		123110101	(103.478,88)
		123110103	166.635,05
		123110107	(46.493,20)
		123110109	(7.327,85)
		123110120	(2.110,34)
		123110121	(12.049,73)
		123110201	(62.681,47)
		123110301	(111.361,10)
		123110405	(55.299,22)
		123110501	6.300,00
		123110702	(74.841,21)
		123111000	2.204,64
		123810100	2.964.894,00
		123110101	325.990,78
		123110102	319,00
		123110103	261.290,24
		123110107	3.650,00
		123110120	261.231,97
	123110201	10.564,49	
	123110301	2.685,37	
	123110303	4.237,06	
	123110702	1.430,81	
TOTAL			13.842.908,92



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.5) Nota nº 005 – Intangível

(Por: Paulo Alves de Santana Neto – DTC/CCONT)

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2019, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 57 (cinquenta e sete milhões de reais) relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	95	57	65,92%
Software com Vida Útil Indefinida	5	2	185,04%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(44)	(40)	11,42%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1	1	-
Total	57	20	183,03%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no Trimestre.

Órgãos	Conta Contábil	Valores em R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	124110101 = SOFTWARES	-	19
	124210101 = MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	-	0
	124210102 = CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	-	0
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	124110101 = SOFTWARES	19	0
	124110201 = SOFTWARES	3	0
	124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0	-
	124210101 = MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	0	-
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	124210102 = CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	0	-
	124110101 = SOFTWARES	11	6
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101 = SOFTWARES	0	0
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	124110101 = SOFTWARES	3	3
	124110102 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	1
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	1	0
	124210102 = CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	0	0
		36	28

Fonte: Tesouro Gerencial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o Mapa não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível

R\$

Órgão	Classificação Contábil	Movimento R\$
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101	1.709,09
	124810100	58.101,49

Fonte: Tesouro Gerencial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5.6) Nota nº 006 – Investimentos

(Por: Débora Teles Moreira de Matos – DAC/CCONT)

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela 01 – Investimentos – Composição.

Investimentos	Valores em R\$ Milhões		
	30/06/2019	31/12/2018	AH (%)
Participações Permanentes	36	36	-
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	2	2	-
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(21)	(1)	2.000,00%
Total	17	37	-54,05%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

O significativo aumento de 2.000,00% na Redução ao Valor Recuperável de Investimentos foi em consequência do registro na CONAB neste trimestre do valor de R\$ 20 milhões relativo a provisão de perdas dos investimentos com a CASEMG Em Liquidação e com a CESA, também, Em Liquidação.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 1 – Participações Permanentes – Composição por investimento

R\$ milhares

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1.855.377,90	45,00	4.123.062	358.826
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-22.552.236	-8.815.244
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	55.267.391	2.883.681
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-4.590.895	(1.571.170)

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração apresentada do ano de 2018-EMBRAPA

Tabela 02 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Valores em R\$ Milhões

Entidade	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/06/2019.
EMEPA/PB	1.694	0	161	0	0	1.855
EMPARN ⁽¹⁾	727	0	0	0	0	727
Total	2.421	0	161	0	0	2.582

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado de 31/12/2018. Em 2019, foi realizado o registro de R\$ 161 milhões, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2018.

A EMPARN apresentou as demonstrações contábeis de 2018, um prejuízo no exercício de R\$ 1.571.170,00 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, cento e setenta reais), portanto, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 727 milhões.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Demais Investimentos

Os demais investimentos representam 5,53% no valor de R\$ 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição.

Tabela 4 - Composição das ações investimento

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Resp.
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	30,43	608,60	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	1,6	7.272,00	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	1,65	5.426,85	BB	135046
CONTAX	200	EO	4,5	900,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	49,91	9.333,17	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	49,91	6.837,67	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	49,91	6.238,75	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	49,91	898,38	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	42,25	507,00	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,63	604,76	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,63	3.628,56	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	42,25	124.299,50	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	49,91	177.030,77	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,63	54.835,45	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	25,88	3.674,96	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	26,44	2.961,28	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	42,25	23.406,50	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,63	6.082,49	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	25,88	698,76	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	49,91	10.381,28	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,63	7.745,58	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,63	1.209,52	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	30,43	365,16	Bradesco	135046
Total				454.985,20		

Fonte: EMBRAPA

4 - Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (decrecidas da Redução ao Valor Recuperável)

CONAB

EMPRESA	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/06/2019
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	3.856,16	-	-	-	-	3.856,16
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOLA VALE DO MANGEREBA LTDA	35.304,54	-	-	-	-	0,00
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	70.161,00	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	0,00
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	1.804.561,24
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	12.584,40	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓS E ARMAZENS GERAIS DE	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	48.568,00	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
MULTILOG S/A	11.163,26	-	-	-	-	11.163,26
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	4.449,15	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	80.825,36
TOTAL	27.777.887,19	-	-	-	-	7.613.598,59

Fonte: CONAB



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6. Demonstrações Contábeis

Extração do SIAFIWEB

6.1) Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TI
SUBTÍTULO
ORGÃO SUPERIOR
Exercício
Período
EMISSION

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
2019
SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	2.931,65	2.418,56	Despesas Orçamentárias	10.135,60	10.614,45
Ordinárias	147,67	2,08	Ordinárias	5.552,45	6.211,07
Vinculadas	2.749,69	2.444,55	Vinculadas	4.583,15	4.403,37
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.033,56	143,51
Alienação de Bens e Direitos	24,64	2,11	Previdência Social (RPPS)	205,67	445,27
Transferências Constitucionais e Legais	4,06	-	Receitas Financeiras	123,45	257,95
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.720,03	2.442,45	Operação de Crédito	2,90	111,47
Recursos a Classificar	0,96	-	Alienação de Bens e Direitos	0,01	0,01
(-) Deduções da Receita Orçamentária	34,30	-28,07	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.217,56	3.445,16
Transferências Financeiras Recebidas	19.314,89	15.805,94	Recursos a Classificar	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	13.747,89	10.500,74	Transferências Financeiras Concedidas	15.000,24	11.282,70
Cota Recebida	4.811,69	3.988,64	Resultantes da Execução Orçamentária	8.927,19	6.487,53
Repasso Recebido	2.825,40	2.098,19	Repasso Concedido	2.814,19	2.065,21
Sub-repasso Recebido	6.044,35	4.412,02	Sub-repasso Concedido	6.044,35	4.412,02
Repasso Devolvido	10,94	-	Cota Devolvida	2,20	8,42
Sub-repasso Devolvido	55,52	1,89	Repasso Devolvido	10,94	-
Independentes da Execução Orçamentária	5.567,00	5.305,21	Sub-repasso Devolvido	55,52	1,89
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.206,09	1.269,95	Independentes da Execução Orçamentária	6.073,05	4.795,17
Demais Transferências Recebidas	593,63	799,63	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	642,96	601,55
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.616,63	3.235,62	Demais Transferências Concedidas	592,63	800,35
Movimentações para Incorporação de Saldos	150,65	0,01	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.686,83	3.393,26
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	150,63	0,01
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	6.356,52	6.836,92	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	969,91	235,03	Pagamentos Extraorçamentários	1.585,27	1.189,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.035,68	6.320,11	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	711,77	199,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	97,76	205,66	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	775,20	796,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	253,17	76,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	97,88	189,46
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,30	0,30	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,42	3,43
Restituições a Pagar	-	0,04	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,29	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	-	Valores Compensados	0,13	0,13
Arrecadação de Outra Unidade	243,63	75,79	Demais Pagamentos	-	3,29
Demais Recebimentos	9,16	-	Saldo para o Exercício Seguinte	9.027,97	5.819,42
Saldo do Exercício Anterior	7.146,02	3.844,40	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.027,97	5.819,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.146,02	3.844,40			
TOTAL	35.749,09	28.905,84	TOTAL	35.749,09	28.905,84

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.2) Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
Exercício 2019
Período SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSION 12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	12.036,96	5.049,86	PASSIVO CIRCULANTE	4.349,20	2.537,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.027,97	3.932,73	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.323,06	822,28
Créditos a Curto Prazo	852,11	28,31	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.066,19	1.138,81
Clientes	15,75	28,31	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	578,38	109,42
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	836,72	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2,63	1,42
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-0,36	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.640,01	520,03	Provisões a Curto Prazo	73,10	74,47
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.305,84	390,70
Estoques	516,81	568,78			
VPDs Pagas Antecipadamente	0,05	0,02			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	328.898,16	10.575,40	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.297,95	595,17
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.960,07	6.149,45	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	13.300,09	5.269,88	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	206,51	203,63	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.954,71	5.066,25	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	-	Provisões a Longo Prazo	246,86	247,26
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	9.659,98	879,56	Demais Obrigações a Longo Prazo	735,23	32,04
Estoques	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos	17,04	37,16	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.647,15	3.132,28
Participações Permanentes	15,39	35,54			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,69			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	34,44	34,63			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-20,91	-0,79			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	1,65	1,62			
Demais Investimentos Permanentes	1,65	1,62			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	305.863,82	4.368,57			
Bens Móveis	1.346,07	825,62			
Bens Móveis	2.429,86	1.751,47			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.057,13	-902,43			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,65	-23,42			
Bens Imóveis	304.517,75	3.542,95			
Bens Imóveis	305.364,38	4.061,03			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-846,63	-518,07			
Intangível	57,23	20,22			
Softwares	56,40	20,22			
Softwares	101,12	60,36			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-44,72	-40,14			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	0,00	-			
Direitos de Uso de Imóveis	0,34	-			
Direitos de Uso de Imóveis	0,34	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	340.935,12	15.625,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	340.935,12	15.625,26



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	9.242,79	4.175,93	PASSIVO FINANCEIRO	10.701,37	3.891,53
ATIVO PERMANENTE	331.692,33	11.449,33	PASSIVO PERMANENTE	3.982,75	2.411,81
			SALDO PATRIMONIAL	326.251,00	9.321,92

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.505,67	1.372,73	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.387,05	3.769,76
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.505,67	1.372,73	Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.387,05	3.769,76
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	175,69	140,19	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,01	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	1.298,92	1.203,33	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	3.374,35	1.512,77
Direitos Contratuais a Executar	31,06	29,20	Obrigações Contratuais a Executar	5.012,69	2.256,98
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.505,67	1.372,73	TOTAL	8.387,05	3.769,76

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.955,89
Recursos Vinculados	3.497,31
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-20,08
Previdência Social (RPPS)	-168,49
Receitas Financeiras	-235,43
Operação de Crédito	2.380,72
Alienação de Bens e Direitos	46,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.422,94
Outros Recursos Vinculados	71,66
TOTAL	-1.458,58

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.3) Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
Exercício 2019
Período SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	606.823,54	17.923,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34,20	5,96
Taxas	34,20	5,96
Contribuições	906,34	139,28
Contribuições Sociais	901,00	138,97
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	5,34	0,31
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	97,60	191,96
Venda de Mercadorias	72,79	169,47
Vendas de Produtos	0,02	0,03
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	24,79	22,45
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	305,43	277,80
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	67,03	65,36
Juros e Encargos de Mora	10,51	2,48
Variações Monetárias e Cambiais	1,90	2,40
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	225,82	207,57
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,16	-
Transferências e Delegações Recebidas	589.162,32	16.197,02
Transferências Intragovernamentais	587.959,55	16.009,43
Transferências Intergovernamentais	2,39	2,05
Transferências das Instituições Privadas	1,64	0,46
Transferências do Exterior	-	0,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.198,74	184,46
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	16.069,64	956,33
Reavaliação de Ativos	1.130,05	1,56
Ganhos com Alienação	10,09	1,25
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.968,54	412,78
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.960,97	540,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	248,01	155,46
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	11,29	4,22
Resultado Positivo de Participações	0,27	0,43
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	10,04	79,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	226,41	71,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	602.472,51	18.315,45
Pessoal e Encargos	3.248,85	2.717,82
Remuneração a Pessoal	2.418,99	2.001,90
Encargos Patronais	693,64	603,16
Benefícios a Pessoal	72,93	48,00
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	63,29	64,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.338,95	1.032,15
Aposentadorias e Reformas	832,00	580,47
Pensões	503,45	449,07
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3,50	2,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.216,92	534,23
Uso de Material de Consumo	52,81	39,27
Serviços	1.014,50	413,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	149,62	81,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3,03	127,65
Juros e Encargos de Mora	0,11	8,84
Variações Monetárias e Cambiais	0,33	0,98
Descontos Financeiros Concedidos	1,48	4,71
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,12	113,12
Transferências e Delegações Concedidas	585.169,09	12.249,81
Transferências Intragovernamentais	583.657,64	11.496,42
Transferências Intergovernamentais	138,15	351,29
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.373,30	402,10
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.123,98	863,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	885,77	16,19
Perdas com Alienação	0,30	1,03
Perdas Involuntárias	2,69	2,42



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Incorporação de Passivos	2.153,13	503,04
Desincorporação de Ativos	8.082,08	340,61
Tributárias	12,44	20,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11,37	19,99
Contribuições	1,06	0,65
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	152,61	421,21
Custo das Mercadorias Vendidas	151,48	420,59
Custos dos Produtos Vendidos	1,13	0,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	206,64	348,64
Incentivos	0,81	1,14
Subvenções Econômicas	179,70	333,50
Constituição de Provisões	9,64	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16,49	14,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.351,03	-391,65

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.4) Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBTÍTULO
ORGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
Período
EMIÇÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
2019
SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	2.424,73	2.424,73	1.255,38	-1.169,35		
Receitas Tributárias	52,33	52,33	21,20	-31,13		
Taxas	52,33	52,33	21,20	-31,13		
Receitas de Contribuições	1.356,37	1.356,37	802,81	-553,57		
Contribuições Sociais	1.355,86	1.355,86	802,69	-553,17		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,51	0,51	0,12	-0,40		
Receita Patrimonial	444,37	444,37	230,02	-214,35		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9,10	9,10	3,71	-5,38		
Valores Mobiliários	428,37	428,37	220,66	-207,71		
Exploração de Recursos Naturais	6,90	6,90	5,64	-1,26		
Receita Agropecuária	9,92	9,92	4,84	-5,09		
Receita Industrial	0,10	0,10	0,03	-0,07		
Receitas de Serviços	334,20	334,20	86,72	-247,48		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	40,44	40,44	19,69	-20,75		
Serviços e Atividades Financeiras	293,74	293,74	67,03	-226,71		
Outros Serviços	0,02	0,02	-	-0,02		
Transferências Correntes	4,17	4,17	1,66	-2,50		
Outras Receitas Correntes	223,27	223,27	108,10	-115,18		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32,82	32,82	19,80	-13,02		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	116,71	116,71	82,14	-34,57		
Demais Receitas Correntes	73,74	73,74	6,16	-67,59		
RECEITAS DE CAPITAL	6.220,50	6.220,50	1.676,27	-4.544,22		
Operações de Crédito	62,74	62,74	-	-62,74		
Operações de Crédito - Mercado Interno	18,44	18,44	-	-18,44		
Operações de Crédito - Mercado Externo	44,30	44,30	-	-44,30		
Alienação de Bens	1.432,98	1.432,98	23,19	-1.409,80		
Alienação de Bens Móveis	1.408,43	1.408,43	1,54	-1.406,89		
Alienação de Bens Imóveis	24,55	24,55	21,65	-2,91		
Amortização de Empréstimos	4.723,95	4.723,95	1.653,09	-3.070,86		
Transferências de Capital	0,83	0,83	-	-0,83		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-		
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.645,23	8.645,23	2.931,65	-5.713,58		
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.645,23	8.645,23	2.931,65	-5.713,58		
DEFICIT	-	-	7.203,95	7.203,95		
TOTAL	8.645,23	8.645,23	10.135,60	1.490,38		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-		
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.352,91	12.349,80	8.016,07	5.010,11	4.042,73	4.333,72
Pessoal e Encargos Sociais	9.234,90	9.216,55	6.881,61	4.358,11	3.542,35	2.334,94
Outras Despesas Correntes	3.118,01	3.133,25	1.134,46	652,00	500,38	1.998,79
DESPESAS DE CAPITAL	10.045,58	10.045,37	2.119,53	89,81	87,28	7.925,84
Investimentos	949,17	946,43	8,78	2,43	1,14	937,65
Inversões Financeiras	9.096,41	9.098,94	2.110,75	87,38	86,14	6.988,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	236,35	236,35	-	-	-	236,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.634,83	22.631,52	10.135,60	5.099,92	4.130,01	12.495,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	22.634,83	22.631,52	10.135,60	5.099,92	4.130,01	12.495,91
TOTAL	22.634,83	22.631,52	10.135,60	5.099,92	4.130,01	12.495,91

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	736,36	1.034,11	712,88	284,36	98,01	1.388,10
Pessoal e Encargos Sociais	0,01	184,53	1,60	1,60	42,43	140,51
Outras Despesas Correntes	736,35	849,57	711,28	282,76	55,58	1.247,59
DESPESAS DE CAPITAL	1.157,13	2.512,40	530,51	490,84	96,09	3.082,60
Investimentos	624,89	1.290,13	271,82	235,04	36,68	1.643,29
Inversões Financeiras	532,24	1.222,28	258,70	255,80	59,41	1.439,31
TOTAL	1.893,49	3.546,51	1.243,40	775,20	194,10	4.470,69



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	25,48	677,67	672,52	4,11	26,51
Pessoal e Encargos Sociais	0,71	566,29	565,90	0,14	0,95
Outras Despesas Correntes	24,77	111,38	106,62	3,97	25,56
DESPESAS DE CAPITAL	130,30	79,97	39,24	7,53	163,49
Investimentos	122,58	76,29	37,03	5,10	156,74
Inversões Financeiras	7,72	3,69	2,21	2,43	6,75
TOTAL	155,78	757,64	711,77	11,64	190,01

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR 22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO
Exercício 2019
Período SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSION 12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	668,24	358,22
INGRESSOS	20.920,90	16.564,23
Receitas Derivadas e Originárias	1.253,71	474,29
Receita Tributária	21,20	4,17
Receita de Contribuições	802,81	95,45
Receita Patrimonial	9,47	4,30
Receita Agropecuária	4,84	3,34
Receita Industrial	0,03	0,05
Receita de Serviços	86,72	90,28
Remuneração das Disponibilidades	220,55	204,03
Outras Receitas Derivadas e Originárias	108,10	72,66
Transferências Correntes Recebidas	1,66	2,51
Intergovernamentais	0,03	2,05
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0,03	1,20
Dos Municípios	-	0,84
Outras Transferências Correntes Recebidas	1,64	0,46
Outros Ingressos Operacionais	19.665,52	16.087,43
Ingressos Extraorçamentários	97,76	205,66
Restituições a Pagar	-	0,04
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	-
Transferências Financeiras Recebidas	19.314,89	15.805,94
Arrecadação de Outra Unidade	243,63	75,79
Demais Recebimentos	9,16	-
DESEMBOLSOS	-20.252,66	-16.206,01
Pessoal e Demais Despesas	-4.530,59	-3.873,83
Essencial à Justiça	-	-0,01
Administração	-2,67	-3,44
Assistência Social	-40,05	-52,80
Previdência Social	-1.233,37	-974,63
Direitos da Cidadania	-0,40	-
Urbanismo	-0,23	-
Gestão Ambiental	-9,84	-0,50
Ciência e Tecnologia	-0,08	-0,01
Agricultura	-2.793,87	-2.803,14
Organização Agrária	-404,21	-0,09
Indústria	0,00	-0,75
Encargos Especiais	-46,17	-38,76
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,30	0,30
Transferências Concedidas	-623,53	-856,59
Intergovernamentais	-162,88	-400,51
A Estados e/ou Distrito Federal	-6,50	-281,41
A Municípios	-156,37	-119,10
Intragovernamentais	-454,25	-447,10
Outras Transferências Concedidas	-6,40	-8,98
Outros Desembolsos Operacionais	-15.098,54	-11.475,59
Dispêndios Extraorçamentários	-97,88	-189,46
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-0,29	-
Transferências Financeiras Concedidas	-15.000,24	-11.282,70
Valores Compensados	-0,13	-0,13
Demais Pagamentos	-	-3,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.213,71	1.616,80
INGRESSOS	1.676,27	1.941,77
Alienação de Bens	23,19	2,20
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.653,09	1.939,56
DESEMBOLSOS	-462,56	-324,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-112,28	-25,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-229,09	-176,85
Outros Desembolsos de Investimentos	-121,19	-122,28
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.881,95	1.975,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.146,02	3.844,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.027,97	5.819,42

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ORGÃO SUPERIOR
Exercício
Período
EMIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO

2019
JUN (Fechado)
12/07/2019

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	364,80	29,61	-	72,82	-	9.032,47	-	-	9.499,70
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.873,32	6,16	-	-	-	126,89	-	-	3.006,37
Aumento/Redução de Capital	29,61	-15,69	-	-	-	-0,15	-	-	13,77
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-9,52	-	-	-9,52
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-17,34	-	-	-17,34
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-6,10	-	6,10	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	3.267,74	20,08	-	66,72	-	9.138,45	-	-	12.492,99
Saldo Inicial do Exercício 2019	3.267,74	20,08	0,01	66,72	12,76	325.981,95	-	-	329.349,26
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	5,19	-	-	-	1.589,48	-	-	1.594,67
Aumento/Redução de Capital	-	9,05	-	-	-	-	-	-	9,05
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-16,04	-	-	-16,04
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.351,03	-	-	4.351,03
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	3.267,74	34,33	0,01	66,72	12,76	331.906,42	-	-	335.287,97

Fonte: STN – SIAFIWeb 2019